

PROJETO DE LEI Nº , DE 2008

(Do Sr Henrique Afonso)

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho no dia de seu aniversário sem prejuízo do salário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigor acrescido do seguinte inciso X

“Art. 473.....

.....
X – por 1 (um) dia , por ocasião do aniversário natalício.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação trabalhista admite determinadas situações em que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do

salário. As hipóteses de faltas justificadas são taxativas e estão previstas nos incisos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O legislador estabeleceu que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, tendo em vista situações de interesse público e privado.

As de interesse público revelam-se nas previsões de falta ao trabalho em caso de doação voluntária de sangue, de alistamento eleitoral, de cumprimento do Serviço Militar, de comparecimento em juízo.

As ausências voltadas para o interesse do trabalhador estão contempladas nas hipóteses de falta em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica; por ocasião de seu casamento e em caso de nascimento de filho.

Vê-se que a lei confere importância às ocasiões de júbilo ou pesar relevantes para o empregado, em particular, mas pela força dos costumes e valores sociais, igualmente relevantes para todos os trabalhadores.

O reconhecimento de situações de ordem pública ou privada como elemento suficiente para justificar a falta ao trabalho sem ônus para o empregado é o reconhecimento de que as obrigações do contrato de trabalho não podem se sobrepor de maneira absoluta às necessidades coletivas e nem ignorar completamente a esfera privada do empregado. Dessa maneira, a legislação foi, paulatinamente, incorporando novas hipóteses de faltas justificadas. (a última delas foi incluída pela Lei n.º 11.304, de 2006).

Este lento reconhecimento justifica-se naturalmente pelo confronto entre os imperativos da produção e dos custos da empresa e a vida social e familiar do trabalhador. O esforço do legislador para conciliar essas duas esferas justifica a parcimônia e a cautela legislativa. Todavia, entendemos que é chegado o momento de incluir o aniversário natalício entre as hipóteses de falta justificada, pois, pelos nossos valores e costumes, essa data reveste-se de especial importância.

Muitas empresas, por meio de costumes e convenções coletivas, já exoneram o funcionário de comparecer ao trabalho no dia do seu aniversário. No entanto essa concessão é, nessa situação, uma liberalidade do empregador e não um direito legal. Nesse sentido, o Projeto regulamenta uma

prática perfeitamente absorvível pelos empregadores em geral, sendo que muitos deles já a adotam tradicionalmente.

Em razão do exposto, pedimos aos nossos pares o apoio para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado HENRIQUE AFONSO

2008_15227_Henrique Afonso